



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Atlântica Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer elaborado pelos Auditores Independentes.

Resultado do Exercício

A Atlântica Capitalização S.A., apresentou, no exercício Lucro Líquido de R\$ 801 mil (R\$ 865 mil em 2006), representando rentabilidade de 5,04% sobre o Patrimônio Líquido. Foram destinados R\$ 190 mil como dividendos do resultado do exercício.

Prevenção à "Lavagem" de Dinheiro

A Atlântica Capitalização S.A. vem aperfeiçoando ferramentas tecnológicas voltadas ao processo de monitoramento das movimentações financeiras relativas às operações, com vistas a detectar situações caracterizadas na legislação como de "lavagem" de dinheiro. Designou um Diretor Estatutário para a missão de desenvolver, implementar e acompanhar a consecução de políticas relativas ao assunto.

Controles Internos

Durante o exercício de 2007, visando a atender as determinações da legislação sobre o tema, a Atlântica Capitalização S.A. prosseguiu com a avaliação e aperfeiçoamento do seu sistema de Controles Internos em conformidade com os princípios e sistemática adotados pela Organização Bradesco. O responsável pelos Controles Internos é um Diretor Estatutário designado para esta função, ao qual incumbe verificar a eficiência dos controles internos da Empresa.

Agradecimentos

A Atlântica Capitalização S.A. agradece à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo apoio recebido. Aos colaboradores da Organização, o reconhecimento pela dedicação e pelo trabalho, que foram fundamentais para o bom desempenho de nossas atividades.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2008.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em reais)

	2007	2006		2007	2006
Ativo			Passivo		
Circulante	16.389.448	15.714.157	Circulante	828.666	751.867
Disponível	21.788	246	Contas a pagar	781.875	694.745
Caixa e bancos	21.788	246	Obrigações a pagar	470.601	333.784
Aplicações	16.359.237	15.699.576	Impostos e encargos sociais a recolher	33	37
Títulos de renda fixa	-	12.741.588	Impostos e contribuições	311.241	360.924
Quotas de fundos de investimentos	16.359.237	2.957.988	Provisões técnicas - Capitalização	46.791	57.122
Títulos e créditos a receber	8.423	14.335	Provisão para resgates	46.766	57.059
Créditos tributários e previdenciários	8.423	14.335	Provisão para sorteio	3	9
Ativo não circulante	1.477.013	1.367.385	Outras provisões	22	54
Realizável a longo prazo	1.477.013	1.367.385	Passivo não circulante	1.134.640	1.037.622
Aplicações	59.657	53.311	Exigível a longo prazo	1.134.640	1.037.622
Títulos de renda fixa	59.657	53.311	Contas a pagar	6	-
Títulos e créditos a receber	1.417.356	1.314.074	Tributos diferidos	6	-
Créditos tributários e previdenciários	282.722	299.637	Outros passivos contingentes	1.134.634	1.037.622
Depósitos judiciais e fiscais	1.134.634	1.014.437	Provisões fiscais	1.134.634	1.037.622
Permanente	-	-	Patrimônio líquido	15.903.155	15.292.053
Investimentos	-	-	Capital social	10.800.000	10.800.000
Outros investimentos	801.724	801.724	Reserva de capital	473.391	473.391
Provisão para desvalorização	(801.724)	(801.724)	Reservas de lucros	4.629.753	4.018.791
TOTAL	17.866.461	17.081.542	Ajustes com títulos e valores mobiliários	11	(129)
			TOTAL	17.866.461	17.081.542

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em reais)

	2007	2006
Receitas líquidas com títulos de capitalização	37	31.929
Receita bruta com títulos de capitalização	1.000	31.938
Deduções sobre a receita bruta	(1.000)	-
Variações das provisões técnicas	37	(9)
Despesas com títulos resgatados e sorteados	(1.959)	(12.657)
Despesas com resgates	(1.959)	(12.657)
Outras receitas e despesas operacionais	23.185	-
Outras receitas operacionais	23.185	-
Despesas administrativas	(408.229)	(725.527)
Despesas com tributos	(120.719)	(159.545)
Resultado das operações de capitalização	(507.685)	(865.800)
Resultado financeiro	1.697.282	2.140.044
Receitas financeiras	1.817.299	2.662.426
Despesas financeiras	(120.017)	(522.382)
Resultado operacional	1.189.597	1.274.244
Resultado não operacional	42	(145)
Resultado antes dos impostos	1.189.639	1.274.099
Imposto de renda	(281.157)	(294.525)
Contribuição social	(107.220)	(114.669)
Lucro líquido do exercício	801.262	864.905
Quantidade de ações	10.322.564	10.322.564
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	77,62	83,79

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em reais)

	2007	2006
a) Lucro líquido do exercício	801.262	864.905
Lucro líquido ajustado	801.262	864.905
Atividades operacionais		
- Aumento das Aplicações	666.007	326.183
- Aumento dos Títulos e Créditos a Receber	97.370	513.556
- Redução do Contas a Pagar	103.164	178.490
- Redução (Aumento) de Provisões Técnicas - Capitalização	10.331	(13.833)
- (Aumento) de Outros Passivos Contingentes	(97.012)	(484.620)
- (Aumento) Redução de Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	(120)	25.737
b) Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	779.720	545.513
Atividades de Financiamento		
- Distribuição de Dividendos	-	(326.376)
c) Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	-	(326.376)
Aumento (diminuição) nas disponibilidades (a-b+c)	21.542	(6.984)
Disponibilidades no Início do Exercício	246	7.230
Disponibilidades no Final do Exercício	21.788	246
Aumento (diminuição) nas disponibilidades	21.542	(6.984)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em reais)

	Reservas de lucros				Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2006	10.800.000	473.391	222.527	3.136.774	25.608	-	14.658.300
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(25.737)	-	(25.737)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	864.905	864.905
Dividendos propostos (R\$ 19,90 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(205.415)	(205.415)
Destinação do lucro líquido - constituição de reservas	-	-	43.245	616.245	-	(659.490)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2006	10.800.000	473.391	265.772	3.753.019	(129)	-	15.292.053
Saldos em 1º de janeiro de 2007	10.800.000	473.391	265.772	3.753.019	(129)	-	15.292.053
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	140	-	140
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	801.262	801.262
Dividendos propostos (R\$ 18,44 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(190.300)	(190.300)
Destinação do lucro líquido - constituição de reservas	-	-	40.063	570.899	-	(610.962)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	10.800.000	473.391	305.835	4.323.918	11	-	15.903.155

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em reais)

1. Contexto operacional

A Empresa faz parte do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência e tem por objetivo social a exploração das operações de capitalização definidas na legislação vigente, operando em todo o território nacional. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 334/2007, que introduziu alterações na classificação das contas do balanço patrimonial e da demonstração de resultados. Em decorrência, os saldos e valores do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram reclassificados para fins de comparação e sua adoção não resultou alterações significativas em comparação ao exercício anterior.

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente quando de seu efetivo recebimento e as correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.

As despesas com colocação de títulos, classificadas como "Despesas de comercialização", são reconhecidas contabilmente quando incorridas. As despesas de corretagem são registradas quando do efetivo recebimento das contribuições aos planos de capitalização.

Os pagamentos dos resgates por sorteios são considerados como despesas do mês em que estes se realizam.

(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

(i) Aplicações

Conforme determinações da SUSEP, as sociedades de capitalização devem classificar os títulos e valores mobiliários em três categorias:

- I - Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e freqüentemente negociados.
- II - Títulos disponíveis para venda - os títulos que não se enquadram nas categorias I e III.
- III - Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção de mantê-los em carteira até o vencimento.

Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados pelo seu valor de mercado. Os títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida ao resultado e os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

(ii) Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados pelo valor de custo, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas. Os créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes.

(c) Permanente

Os investimentos são apresentados pelo custo de aquisição, ajustado ao seu valor de provável realização mediante constituição de provisão para desvalorização.

(d) Passivos circulante e exigível a longo prazo

(i) Provisões técnicas

As provisões técnicas para resgates e para sorteios são calculadas sobre os valores nominais dos títulos e atualizadas monetariamente, quando aplicável, com base em Notas Técnicas Atuariais aprovadas pela SUSEP.

As provisões técnicas são apresentadas no passivo circulante em função do prazo de carência ser inferior a 12 meses. A provisão administrativa, apresentada na rubrica "Outras provisões", foi constituída para cobrir despesas administrativas dos planos.

(ii) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Foram constituídas provisões para imposto de renda, à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240.000 para o exercício, e para contribuição social sobre o lucro, à alíquota de 9%, nos termos da legislação em vigor.

(e) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 489/05.

(i) Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

(ii) Passivos contingentes - são constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a natureza das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e no posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de "perdas possíveis" não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

(iii) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias - decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

(f) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido e provisões técnicas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

4. Aplicações

(a) Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2007	%	2006	%
Títulos para negociação	16.359.237	99,64	2.957.988	18,78
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	16.359.237	99,64	2.957.988	18,78
Títulos disponíveis para venda	59.657	0,36	12.794.899	81,22
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro	59.657	0,36	12.794.899	81,22
TOTAL	16.418.894	100,00	15.752.887	100,00



(b) Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimento. Os títulos que pertencem a fundos de investimento abertos foram considerados com base no percentual de participação da Empresa no fundo.

Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de referência (*)	Ajuste da avaliação mercado
Títulos para negociação	1.361.358	128.375	361.248	14.508.256	16.359.237	16.359.237	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	60.599	-	12.194.711	12.255.310	12.255.310	-
Letras do Tesouro Nacional	283.665	67.776	361.248	1.127.164	1.839.853	1.839.853	-
Notas do Tesouro Nacional	1.077.693	-	-	1.186.381	2.264.074	2.264.074	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	59.657	59.657	59.640	17
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	59.657	59.657	59.640	17
Total em 2007	1.361.358	128.375	361.248	14.567.913	16.418.894	16.418.877	17
Total em 2006	819.091	6.681.752	7.139.653	1.112.391	15.752.887	15.753.083	(196)

(*) Representa o valor de mercado para os títulos classificados como "para negociação" e o valor de custo atualizado para os demais.

O valor de mercado das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores de mercado obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - ANDIMA.

(c) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2007, a Empresa possuía em fundos de investimentos contratos futuros de DI, que totalizavam R\$ 450.599 - posição vendida (R\$ 260.750 em 2006) como valor de referência, sendo que os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos futuros são liquidados diariamente. O objetivo de atuação no mercado de derivativos, seja através de posições ativas ou proteção (hedge), sempre visa minimizar a exposição a riscos de mercado, de moeda ou taxa de juros e proteção das posições detidas à vista. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e o custodiante, Banco Bradesco S.A., sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANDIMA e Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo - BM&F para cálculos e apreamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de auto-regulação da ANBID. Todas as operações de derivativos são registradas e negociadas na BM&F, bem como na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP. O monitoramento das operações no mercado de derivativos é feito pelo gestor dos fundos, de forma ativa, através da mensuração do risco através do VaR - (Value at Risk), parâmetro de referência para os ajustes necessários de posições, em consonância com as políticas de controle previamente estabelecidas e adotadas pelo gestor. A Área de Risco do gestor é responsável pela quantificação e avaliação diária das variáveis de risco de mercado, apurando o VaR para cada um dos portfólios.

5. Créditos tributários

(a) Ativo circulante

Referem-se aos créditos tributários do imposto de renda e contribuição social diferidos, equivalentes a R\$ 6.194 (R\$ 10.540 em 2006) e R\$ 2.229 (R\$ 3.795 em 2006), respectivamente.

(b) Realizável a longo prazo

Referem-se aos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos, equivalentes a R\$ 212.819 (R\$ 226.587 em 2006) e R\$ 69.903 (R\$ 73.050 em 2006), respectivamente, registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis a diferenças temporárias.

Os créditos tributários foram contabilizados levando em consideração o histórico de rentabilidade e sua previsão de realização, fundamentada por estudo técnico, pode ser assim demonstrada:

Previsão de realização - %	2008	2009	2010
	2,89	2,89	94,22

O valor presente dos créditos tributários calculado à taxa média de captação da Organização Bradesco, líquido dos efeitos tributários, monta a R\$ 265.102.

6. Depósitos judiciais e fiscais

Refere-se a depósitos judiciais e fiscais de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, no valor de R\$ 1.134.634 (R\$ 1.014.437 em 2006), substancialmente coberto por provisões (Nota 10).

7. Transações e saldos com partes relacionadas

Empresas	Contas a pagar	Despesas
Banco Bradesco S.A.	1	(13.476)
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	(50)	-
Elopart Participações Ltda.	(395.715)	-
Em 2007	(395.764)	(13.476)
Em 2006	(206.204)	(13.222)

Todas as operações com partes relacionadas foram contratadas a valores, taxas e prazos usualmente praticados no mercado para operações semelhantes, levando em consideração a ausência de riscos. O contas a pagar refere-se substancialmente a dividendos.

8. Provisões técnicas

(a) Composição

	2007	2006
Provisão para resgates	46.766	57.059
Provisão matemática para resgate	42.213	57.059
Provisão para resgate de títulos vencidos	4.553	-
Provisão para sorteios	3	9
Provisão para sorteio a realizar	3	9
Outras provisões	22	54
Provisão administrativa	22	54
Saldos em 31 de dezembro	46.791	57.122

(b) Movimentação

	2007	2006
Saldos em 1º de janeiro	57.122	43.289
(+/-) Constituições/Resgates/Sorteio	(11.353)	12.657
(+/-) Atualização monetária e juros	1.022	1.176
Saldos em 31 de dezembro	46.791	57.122

9. Garantia das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas correspondem a R\$ 96.791 (R\$ 154.212 em 2006), em títulos de renda fixa.

10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(a) Ativos contingentes

A Empresa não tem ativos contingentes, passíveis de registros contábeis ou de divulgação.

(b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Empresa é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Empresa entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro.

Não existem em curso passivos contingentes relevantes para os quais as chances de perdas sejam prováveis que não tenham sido razoavelmente estimados.

(i) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Empresa está discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

A principal questão é:

CSLL - dedutibilidade da base de cálculo do IR - R\$ 1.134.634 (R\$ 1.037.622 em 2006) - pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo respectiva, determinada pelo artigo 1º da Lei nº 9.316/96, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória da Empresa.

(ii) Movimentação das provisões fiscais constituídas

	2007	2006
No início do exercício	1.037.622	553.002
Constituições	7.965	48.753
Atualização monetária	89.047	435.867
No final do exercício	1.134.634	1.037.622

11. Patrimônio líquido

(a) Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 10.322.564 ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal. De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	2007	2006
Lucro líquido do exercício	801.262	864.905
Constituição da reserva legal	(40.063)	(43.245)
Base de cálculo dos dividendos	761.199	821.660
Dividendos propostos no exercício	190.300	205.415
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	25,00%	25,00%

(b) Reserva de capital

Corresponde à reserva de doações e subvenções de investimentos decorrentes de incentivos fiscais recebidos.

(c) Reserva legal

Constituída, ao final de cada exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

(d) Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada no final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

12. Detalhamento das contas da demonstração de resultado

(a) Despesas administrativas

	2007	2006
Despesas com serviços de terceiros	(64.191)	(63.277)
Despesas com localização e funcionamento	(6.861)	(13.412)
Despesas com donativos e contribuições	(1.700)	(14.420)
Despesas com publicações	(308.240)	(632.912)
Despesas administrativas diversas	(27.237)	(1.506)
	(408.229)	(725.527)

(b) Despesas com tributos

	2007	2006
Despesas com PIS	(11.221)	(29.221)
Despesas com COFINS	(69.055)	(74.657)
Taxa de fiscalização	(40.110)	(54.703)
Outras despesas com tributos	(333)	(964)
	(120.719)	(159.545)

(c) Receitas financeiras

	2007	2006
Receitas com títulos de renda fixa - privados	626.749	100.296
Receitas com títulos de renda fixa - públicos	1.101.503	2.126.263
Atualização monetária de depósitos judiciais fiscais	89.047	435.867
	1.817.299	2.662.426

(d) Despesas financeiras

	2007	2006
Atualização monetária de contingências fiscais	(89.047)	(435.867)
Despesas com CPMF	(4.189)	(56.020)
Despesas financeiras com títulos de capitalização	(1.022)	(1.176)
Despesa financeira com encargos sobre tributos	(5.939)	(12.645)
Despesas com taxa de custódia	(19.820)	(16.674)
	(120.017)	(522.382)

13. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes, e a despesa contabilizada em resultado são como seguem:

	2007	2006
Resultado antes de impostos e participações	1.189.639	1.274.099
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 9%, respectivamente	(404.477)	(433.194)
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas indedutíveis	(7.328)	-
Outros valores	23.428	24.000
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(388.377)	(409.194)

14. Cálculo do patrimônio líquido ajustado

O Patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2007 e 2006 é igual ao patrimônio líquido contábil.

15. Outras informações

(a) A rubrica "Outras receitas operacionais", na demonstração de resultado, refere-se à reversão de provisão para contingência fiscal - PIS Repique.

(b) O resumo do relatório do Comitê de Auditoria - Resolução CNSP nº 118/2004 foi divulgado junto com as demonstrações financeiras do Banco Bradesco S.A. (controlador indireto) em 13 de fevereiro de 2008.

(c) Nos termos do artigo 275, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76, informamos que as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2007 da Bradesco Seguros S.A., empresa líder do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, foram publicadas nesta mesma data na Gazeta Mercantil, Jornal do Commercio, Diário do Comércio e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

(d) A Medida Provisória (MP) nº 413, de 3 de janeiro de 2008 dispôs sobre medidas tributárias e elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das instituições financeiras, sociedades seguradoras e de capitalização de 9% para 15% do lucro tributável. Uma vez aprovada, produzirá aumento nas despesas de Contribuição Social sobre os lucros líquidos gerados a partir de 1º de maio de 2008, bem como aumento nos créditos tributários ativados, proporcionalmente à elevação da alíquota.

(e) Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera a Lei das Sociedades por Ações, quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir do exercício social que se encerrará em 31.12.2008. Essas alterações devem ser objeto de regulamentação no decorrer de 2008. No momento, a companhia está promovendo estudos e avaliação dos impactos dessa nova Lei, não sendo praticável mensurar com razoável segurança os efeitos de sua plena adoção.

DIRETORIA

Luiz Carlos Trabuço Cappi	-	Diretor-Presidente
Samuel Monteiro dos Santos Júnior	-	Diretor
Marcos Suryan Neto	-	Diretor
Norton Glabes Labes	-	Diretor
Ricardo Alahmar	-	Diretor
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	-	Diretor

Jair de Almeida Lacerda Júnior
Atuário - MIBA Nº 809

Getúlio Antônio Guidini
Contador
CRC-RS 1RS034447/O-7S-SP

PARECER ATUARIAL

À
Diretoria e aos Acionistas da
Atlântica Capitalização S.A.

1. Realizamos a Avaliação Atuarial da Atlântica Capitalização S.A. com base em 31 de dezembro de 2007, conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 272/2004.

2. Nossa análise foi conduzida de acordo com os princípios atuariais e compreendeu, principalmente, a avaliação da capacidade da Companhia em honrar seus compromissos passados e futuros junto aos seus subscritores/titulares. Deste modo, através de testes de consistência, atestamos a suficiência das Provisões Técnicas constituídas durante o período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2007.

3. As provisões foram contabilizadas pelos valores calculados pelo atuário responsável, respeitando os critérios contábeis estabelecidos no plano de contas das Sociedades Seguradoras e de Capitalização.

Os cálculos foram realizados de acordo com metodologias adequadas e constantes nas Notas Técnicas Atuariais encaminhadas à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

4. Deste modo, com base na Avaliação Atuarial referida no parágrafo 1, ratificamos que as Provisões Técnicas constituídas em 31 de dezembro de 2007 são suficientes para honrar os compromissos da Companhia junto aos seus subscritores/titulares.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2008

Jair de Almeida Lacerda Júnior
Atuário - MIBA nº 809

Norton Glabes Labes
Diretor

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Atlântica Capitalização S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Atlântica Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações financeiras

divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlântica Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2008

PRICEWATERHOUSECOOPERS
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador
CRC 1SP127241/O-0